





1. Que tipo de apoios, fiscais e outros, é que o Governo afinal contratualizou com a Rodman para a instalação da unidade industrial em Valença? Quais entre estes é que foram efectivamente concretizados e quando?
2. E que tipo de contrapartidas se obrigava a Rodman a garantir? Qual era o horizonte temporal mínimo obrigatório de permanência da Rodman em Valença? Confirma-se ou não que entre estas obrigações figurava a criação de 250 postos de trabalho? E de entre estes quantos deveriam ser permanentes e quantos é que deveriam ser a termo (precários)?
3. Face ao anunciado despedimento de mais 35 trabalhadores, e perante o visível e notório incumprimento do contrato estabelecido com o Governo, o que é que está a pensar fazer o Ministério da Economia para recuperar os incentivos ou benefícios fiscais eventualmente concedidos à Rodman? Pensa o Governo accionar a empresa para recuperar os prejuízos públicos decorrentes do incumprimento do contrato confirmado pela Resolução de Conselho de Ministros de 8 de Novembro de 2007?

Palácio de São Bento, 10 de Fevereiro de 2009

O Deputado:

(Honório Novo)